



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 14/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2023/02/28

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 09H05M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.
- Ricardo Jorge Rodrigues da Cunha, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Severino Manuel Gomes Sousa.
- Cláudia Maria Pinto Ferreira, eleita pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituída por Alberto Pereira de Magalhães.
- José Valdemar Ferreira Vieira, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Sónia Celeste Rodrigues Fernandes.
- Luis Alexandre Lopes Fernandes, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Hugo Rafael Mota Cerv. Gonçalves Cachadinha.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2.º– Informações da Mesa

3.º– Período Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 17 de novembro 2022;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de dezembro 2022;
- d) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 27 de janeiro 2023;
- e) – Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho;
- f) – Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia;
- g) – Alteração da Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025;
- h) – Adiamento da Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social;
- i) – Designação de três representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Associação de Municípios da Serra d'Arga, conforme o previsto no n.º 2, do art.º 13.º dos Estatutos da referida Associação;
- j) – Alteração à Postura de Trânsito na Praceta Dr. Mesquita Da Silva na Freguesia de Vila Praia de Âncora;
- k) – Implementação de Sinalética na Rua António Ramos em Vila Praia de Âncora;
- l) – Implementação de Sinalética na Freguesia de Vile.



Assembleia Municipal de Caminha

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º- INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Manuel Luís**, deu conhecimento dos vários grupos municipais que fazem parte da Assembleia Municipal, cujos documentos são anexos a esta ata, de seguida fez uma declaração a qual se remete para o áudio (...) (**áudio 10.25 e 12.00 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e em nome da coligação “O Concelho em Primeiro”, apresenta um protesto formal a tudo o que ocorreu na última



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'f' and a circled 'A'.

Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal e 17 de fevereiro (...) (áudio 12.32 e 15.43 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e fez uma censura política. Disse que está neste órgão há muitos anos e nunca assistiu àquilo que aconteceu na ultima sessão de 17 de fevereiro, e todos os Senhores Deputados sabem que se tinha um meio de suprir essa matéria, porque todos são responsáveis, e mesmo alegando que a convocatória não cumpriu o Regimento e a Lei, não é só por si um impedimento legal de se prosseguir uma Assembleia. (áudio 16.28 e 17.51 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e disse a coligação "O Concelho em Primeiro", enviou em correio eletrónico no dia 19 de fevereiro, para que lhe fossem enviados todos os documentos em papel que fazem parte da ordem do dia, pergunta se o Senhor Presidente vai continuar a não cumprir o Regimento aprovado. (áudio 19.30 e 21.20 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse ao Senhor Deputado que tem dois pesos e duas medidas, porque quando não vê um e-mail vem com o CPA a dizer que um e-mail só é válido ao fim de 5 dias. E, aquilo que aconteceu foi que todos os Senhores Deputados receberam por e-mail todos os documentos, no entanto, quando enviou o e-mail de 24 de fevereiro, e não tendo sido visualizado. Após reclamação da coligação "OCP", foram logo de imediato tomadas medidas e feito um acordo de que os documentos seriam entregues nesse mesmo dia, tendo a Dr.^a Liliana se prontificado a ficar com todos os documentos em papel e assim ficou sanado o problema. (áudio 21.28 e 23.58 minutos da 1.^a gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e perguntou ao Senhor Presidente se cada vez que um membro desta Assembleia está sujeito à exigência e rigor que ele foi sujeito e se em contra partida quando o Senhor Presidente da Câmara faz uma interpelação à mesa, se vai continuar como aconteceu na última Assembleia sem lhe exigir a invocação do artigo. (áudio 26.36 e 27.11 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse ao Senhor Deputado que o Senhor Presidente da Câmara não fez uma interpelação à mesa, solicitou uma intervenção. (áudio 27.15 e 27.35 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, disse que numa reunião de representantes por unanimidade concordaram que as Assembleias Municipais seriam feitas no período da noite. Pergunta, o motivo que se convocou para o dia de hoje a sessão para as 09.00horas da manhã? (áudio 27.57 e 29.24 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, em resposta disse que no conselho de representantes ficou decidido ser a esta hora porque existem documentos que hoje se tem que dar seguimento para não se perder verbas. (áudio 29.28 e 30.30 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Mesa que o regimento foi aprovado por maioria e que agora tem que sujeitar as novas normas. (áudio 30.48 e 31.41 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e apresentou um requerimento à mesa,



Assembleia Municipal de Caminha

para que a mesma aprove conceder 10 minutos para a leitura das duas moções que o Bloco de Esquerda vai apresentar. (áudio 32.00 e 33.10 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs para votação o requerimento apresentado, o qual foi aprovado por 20 votos a favor e 15 contra.

Disse ainda o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, que o Bloco de Esquerda apresentou à mesa um Voto de Pesar, Louvor e Ajuda “Ao Povo da Turquia e da Síria atingido pelo Sismo de 06-02-2023” e uma Moção pelo Trabalho Digno” Aos Trabalhadores em Luta Pelo Trabalho e Vida Dignificante” como é do conhecimento de todos, documentos que se anexam.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, leu um Voto de Pesar, Louvor e Ajuda “Ao Povo da Turquia e da Síria atingido pelo Sismo de 06-02-2023”. (áudio 37.45 e 40.27 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que o Bloco de Esquerda insiste em levar esta forma de escrever à Assembleia Municipal, coisas com as quais a CDUN se identifica, como é a causa do humanismo, no entanto extravasa com aquele que é o pensamento, nomeadamente com o ponto 2, quando (... solicita ao Presidente da República que divulgue publicamente este voto de louvor...) e no ponto 3, quando diz que (...cada eleito desta Assembleia entregue pelo menos o valor da sua senha de presença...) sem deixar que cada um faça aquilo que entender, até, porque já existem exemplos disso como foi o de Pedrogão Grande. (áudio 41.20 e 43.57 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse ao Senhor Deputado que confundir esta organização com aquilo que se passou em Pedrogão Grande, não lhe parece bem, até porque, este dinheiro vai para a UNICEF. (áudio 44.48 e 45.35 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs para votação o voto de Pesar, o qual foi rejeitado com 21 votos contra, 12 abstenções e 2 votos a favor.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez declaração de voto e disse que todos os Senhores Deputados são livres de fazer aquilo que acham melhor, no entanto, achou estranho que a Senhora Deputada Paula Aldeia em nome do Partido Socialista tivesse subscrito este voto de pesar e agora votaram contra. (áudio 49.46 e 50.17 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse que o Partido Socialista tinha subscrito o Voto de Pesar, mas, após a explicação da mesma o Partido Socialista mudou de ideia. (áudio 50.26 e 51.01 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, leu a Moção pelo Trabalho Digno” Aos Trabalhadores em Luta Pelo Trabalho e Vida Dignificante”. (áudio 50.26 e 53.02 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs para votação a Moção, o qual foi rejeitado com 16 votos contra, 13 abstenções e 6 votos a favor.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que vai apresentar declaração de voto escrita até ao final da sessão.

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Moledo/Cristelo, Joaquim Guardão**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e referiu os problemas que a intempérie do dia 01 de janeiro, provocou em todo o Concelho, referindo-se em especial à sua freguesia, registando os danos causados a nível de destruição de muitas infraestruturas, ficando até uma família desalojada. E, questiona o Senhor Presidente da Câmara se sobre esta matéria tem mais alguma informação adicional ou esclarecimento que possa dar? (áudio 59.50 e 1.06.29 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e fez várias questões ao Senhor Presidente da Câmara: Para quando está prevista a reparação do coletor das águas pluviais na Rua Comendador Canas? para quando estão previstas as obras de reposição dos pavimentos na Rua da Retorta e na Rua de Bulhente? Para quando está prevista a obra de reposição do troço do muro de suporte à Rua da Meca? Se já tem conhecimento de quanto é que a Câmara vai receber e quais são os critérios que a Câmara vai utilizar para atribuição das compensações aos munícipes que foram afetados pela intempérie de 01 de janeiro? Para quando está prevista a reparação do sistema de motorização das piscinas Municipais



Assembleia Municipal de Caminha

de Vila Praia de Âncora? Sendo agora o troço da EN13, entre rotundas, uma competência do município, continua sem ser feita a limpeza. **(áudio 1.06.50 e 1.12.27 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, colocou várias questões ao Senhor Presidente no âmbito de um Programa de Apoio ao Acesso a Habitação:

É verdade ou não que a CMC solicitou a agências de imobiliários valores de apartamentos? Se sim com que intuito? Estaria no pensamento da CMC a compra de apartamentos, sem concurso público e sem caderno de encargos? Já determinaram as famílias que realmente precisam de apoio e quais as necessidades em cada freguesia? Já foi realizado o levantamento para na CMC e nas juntas de freguesia de quais as habitações que podem ser intervencionadas com este fim? **(áudio 1.12.52 e 1.16.15 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, colocou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara, a respeito de:

O que é que já fez depois das duas queixas que a Senhora invisual veio ali fazer em relação às acessibilidades para deficientes? O que é que fez no agrupamento de Escolas de Caminha relativamente aos transportes escolares depois daquilo que a aluna que ali se veio queixar? Tendo sido aprovada uma moção em 24 de novembro, para a redução das taxas de construção, o que é que a Câmara Municipal já fez para implantar a medida? **(áudio 1.17.26 e 1.18.34 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado José Covelo**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que no Concelho de Caminha existe a atividade piscatória, no entanto, cada vez existem menos jovens a querer pesca, por isso, lança ali um desafio para que a Associação de



Assembleia Municipal de Caminha

Pescadores fosse às escolas explicar tudo que engloba essa atividade. (áudio 1.18.55 e 1.20.38 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que no dia 23 de janeiro, Vila Praia de Âncora e o Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, tiveram a honra de receber o senhor Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva. Convidado de honra para a inauguração da obra de ampliação da escola básica e secundária e espaços de integração para o ensino articulado de Vila Praia de Âncora. Foi feito um investimento de 2.5 milhões de euros nesta obra de ampliação, esta é uma grande valência acrescentada no Parque escolar do Concelho de Caminha. (áudio 1.21.22 e 1.25.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e começou por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e família, pela doação que fizeram para Riba de Âncora, nomeadamente, para a Escola Comendador Ramos Pereira, e, ali fica fechado um ciclo histórico, à qual a freguesia muito agradece pela doação que fizeram. E, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, quanto é que vai custar a reparação das Piscinas Municipais? E, se na sua construção foram acauteladas as bombas de extração de água? Se este equipamento estava avariado ou se este equipamento não existe nas piscinas municipais? (áudio 1.26.08 e 1.28.02 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, perguntou ao Senhor Presidente se o Concelho de Caminha em relação à população migrante não esteja a ser apenas um território de passagem, mas, sim um bom acolhedor, dado que demograficamente precisa de gente mais jovem, e, se estão a ser salvaguardados todos os interesses laborais, para rapidamente resolver os



Assembleia Municipal de Caminha

problemas legais dos emigrantes que chegam possam ver as suas situações legais resolvidas. Perguntou ainda que, diligências é que já foram feitas no levantamento das situações de dificuldade de mobilidade?

Quanto ao Plano para Habitação do Governo, até que ponto é que este plano colide com a Estratégia local para Habitação, o qual previa a construção ou reabilitação de mais de 40 habitações? Que caminho é que tem sido feito?

Disse ainda que nos estamos a aproximar uma vez mais da época estival e por várias vezes a CDU levantou ali a questão da necessidade urgente e emergente de resolver o problema da mobilidade, mas, sobretudo da fruição na Avenida Doutor Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora, que continua exatamente no mesmo ponto de há anos. **(áudio 1.28.30 e 1.33.22 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e um pedido de esclarecimento ao abrigo do n.º1, do art.º 46, do Regimento, em que após uma intervenção se pode formular uma pergunta concisa sobre dúvidas resultantes da intervenção que tenha acabado de ocorrer, nesse sentido, queria colocar ao Senhor Presidente da Freguesia de Riba de Âncora um esclarecimento, e o Senhor Presidente da Mesa, não está a permitir, porque foi esgotado o tempo de intervenção, logo, recorre ao plenário da decisão para que decida se pode ou não fazer a intervenção. **(áudio 1.28.30 e 1.33.22 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, colocou ao plenário para que se pronuncie se o Senhor Deputado tem direito ou não de uma intervenção fora do tempo utilizado.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Senhor Deputado Jorge Nande, se aquilo que pretende é fazer é



Assembleia Municipal de Caminha

colocar uma questão clara e concisa ao Senhor Presidente de Junta da Riba de Âncora. (áudio 1.37.58 e 1.38.18 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que aquilo que está ali a acontecer é um recurso que todos podem utilizar, quando há uma intervenção, poder suscitar uma dúvida, uma dúvida razoável, logo, deve-se seguir o que está no Regimento, deve ser concedida a palavra. (áudio 1.38.47 e 1.39.44 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que o art.º 46º, do Regimento dá esta capacidade aos eleitos municipais de poderem fazer um pedido de esclarecimento. Mas, se o Senhor Presidente e a Mesa insistirem em negar este direito que está consagrado no art.º 46º, então remete-se para o plenário, porque o Senhor Deputado Jorge Nando não aceita a sua decisão? (áudio 1.40.39 e 1.41.22 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs para votação se aceitam ou não o pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Jorge Nande, o qual foi aceite.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pergunta ao Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, se acha que são os políticos, os Presidentes das Câmaras e os Vereadores que têm que saber das condições técnicas das construções dos edifícios ou, se são os arquitetos e os engenheiros? (áudio 1.41.58 e 1.42.50 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, em resposta, disse que a pergunta foi no sentido de saber se existe este equipamento nas piscinas? Se existe, porque é que ele não funcionou, se não



Assembleia Municipal de Caminha

existe, porque é que ele não foi colocado num edifício que custou cerca de 19 000 000 de euros ao Município de Caminha? (áudio 1.43.04 e 1.43.34 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e começou por falar em um dos assuntos mais importantes que se tem em mãos, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, quer para todos os municípios do Concelho de Caminha, que foi a questão das intempéries que se fez sentir no nosso território no dia 1/01/2023. Foi um acontecimento natural que teve e continua a ter efeitos socioeconómicos brutais no Concelho de Caminha, está a falar em 13 500 000 de euros, que se teve de prejuízo no primeiro dia do ano, no entanto, recorda esta Assembleia que o orçamento municipal para este ano são 23 000 000€. (...)

Disse ainda o Senhor Presidente que não pode deixar de fazer agradecimentos pessoais e individualizados a todos aqueles que tiveram no terreno desde o primeiro momento, como foram todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os Bombeiros Voluntários de Caminha e de Vila Praia de Âncora, os Baldios de Riba de Âncora, à Autoridade Marítima, à GNR, à Agência Portuguesa do Ambiente, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha, técnicos municipais e Serviços de Proteção Civil. (...)

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, e do Senhor Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, disse que já reportou todas as questões ali colocadas às entidades, mas, também ainda não se sabe que tipo de apoios se vai ter. O Estado ainda não deu uma resposta célere, eficaz para resolução dos problemas que o Concelho tem, no entanto, foi aquilo que sempre exigiu desde o primeiro momento, que teve cá a Senhora Ministra da Coesão Social. (...)

Relativamente à questão das Piscinas Municipais, disse ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, que abriu concurso Público para que quem



Assembleia Municipal de Caminha

tivesse interessado pudesse concorrer, aliás, concurso Público aprovado no órgão executivo, Câmara Municipal.

Quanto à questão dos acordos, dizer ainda ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, que já teve acesso a estes acordos? E, já votou? Foram a reunião de Câmara e Assembleia Municipal, no entanto, tem todo o gosto em fornecer-lhe novamente estes dados e estas informações que são informações públicas.

Disse ainda o Senhor Presidente que quando fala em Vila Praia de âncora, parece que a Câmara pouco faz ou nada faz em Vila Praia de Âncora. Contudo, sabe que há sempre fóruns importantes para se solicitar mais apoio, se pedir mais intervenção da Câmara, mas, isso também se pode fazer nas reuniões que se vai tendo bilateralmente executivo municipal, com o executivo da Freguesia, o importante é se trabalhar conjunto. Porque, senão podia ali dizer, que a Câmara Municipal atribuiu um subsídio de 12 000€ à Junta de Freguesia para a limpeza do Monte do Calvário.

Disse ainda o Senhor Presidente que é nesta senda de trabalho conjunto que no próximo fim de semana se vai dar início à limpeza das praias, um trabalho conjunto, entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia a Corema, Nuciartes, Luságua, Valorminho, todos em conjunto a favor do território, e só não foi possível antes devido às condições meteorológicas que estavam a afetar o Concelho. (áudio 1.43.47 e 1.59.13 minutos da 1.ª gravação). -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O Senhor Deputado Hugo Rafael Mota Cerv. Gonçalves Cachadinha, ausentou-se neste período, justificando a sua ausência.



Assembleia Municipal de Caminha

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e destacou alguns aspetos e momentos marcantes do carnaval do Concelho de Caminha, o qual foi notícia nos mais variados meios de comunicação social, nomeadamente na página do Jornal de Notícias, em horários nobre da SIC e RTP, sem esquecer os variadíssimos meios de comunicação regional e local. E, realçou a união de esforços entre Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho, e os comerciantes do Concelho de Caminha. (áudio 05.33 e 07.43 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, começou a sua intervenção a dar nota da sua infância, de seguida disse relativamente à informação financeira apresentada que a Câmara Municipal de Caminha deve a fornecedores cerca de 13 milhões e 200 mil euros, e pergunta o que este executivo está a fazer pelo futuro das gerações vindouras para que as nossas crianças um dia se consigam fixar cá, porque um dia todos vão precisar delas e não vão cá estar, porque não foram criadas condições para se fixarem neste Concelho. (áudio 08.09 e 13.00 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez um pedido de esclarecimento, e disse quanto à informação financeira que agora está a ser apresenta aparece uma dívida de 273 000€ à Baltor e 32000€ à Medidata sendo que a dívida da Baltor é de 180 dias e da Medidata é de 90dias. Pergunta, foi apresentada em dezembro a informação financeira e estes valores não constam? Será que eram faturas que estavam por lançar? E, quanto à Caminhaqui em dezembro de 2022 as informações que foram apresentadas a dívida a 120 dias 71 000€ a 180 dias, 147 000€ a 270 dias, 213 000€ e a 360 dias, 282 000€, o que dá um



Assembleia Municipal de Caminha

total de 213 000, e nesta informação financeira que agora é apresentada a dívida a 60 dias 71 032€, a 90 dias, 71 032€, ou seja, a dívida aumentou mais de 90 mil euros. Pergunta se este valor 71 032€ está em duplicado, é um lapso ou realmente a dívida aumentou? (**áudio 13.26 e 15.03 minutos da 2.ª gravação**).

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, quanto à informação financeira deu várias notas de acordo com aquelas que fez a Senhora Deputada Isabel Dias. Quanto às informações prestadas pelo Senhor Presidente, pergunta, porque é que não veio informação escrita que se tomaram medidas para o Plano de Acessibilidade aos deficientes? Se, já foram tomadas medidas para resolver o problema dos alunos, quanto aos abrigos na paragem dos autocarros? E, porque motivo a Câmara Municipal nunca os informou de um processo judicial 2353/14.4 BE BRG, cuja a sentença é do dia 22 de outubro do ano passado, no qual estava envolvida a Câmara Municipal como ré, a Junta de Freguesia de Âncora e que entre os autores estava a Senhora Vereadora Sandra Fernandes? Porque motivo, é que a Senhora Vereadora, sendo membro do órgão Câmara Municipal, participou nas negociações levadas a efeito com o Senhor Advogado da Câmara e o Advogado dos Autores? Porque motivo permitiu que uma Vereadora do seu executivo e da maioria Socialista, intervir-se nas negociações de um processo em que era parte? (**áudio 15.20 e 20.40 minutos da 2.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse que arrancou no final do mês de janeiro a empreitada de reconversão e reabilitação da Antiga Escola do Vilarinho, em Vila Praia de Âncora para um novo e equipado Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), com um prazo previsto de execução de 24 meses

Disse ainda que a opção do Executivo em defender esta empreitada com um valor acima dos 666 mil Euros e com investimento financiado através do



Assembleia Municipal de Caminha

Programa PARES 3.0 permite assim captar um considerável investimento para a freguesia de Vila Praia de Âncora e, principalmente, para o Concelho de Caminha, valorizando o património fechado e degradado em prol da população e das famílias com jovens e adultos portadores de deficiência mental, criando um espaço com capacidade para 30 utentes e possibilitando ainda o surgimento de 12 postos de trabalho. **(áudio 21.06 e 24.16 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que no que se refere à informação sobre se há, ou não há, registos de entradas de reclamações relativas às dívidas a fornecedores, constatamos que há uma resposta sempre negativa baseada nos registos dos balcões de atendimento.

Pergunta ainda se o Senhor Presidente Rui Lages, pode esclarecer esta Assembleia quando prevê reaver os 300 mil Euros oferecidos indevidamente ao senhor que enganou os caminhenses?

Disse ainda sobre o anúncio e publicidade de um hospital privado americano, num local onde se tinha verificado um embargo, pergunta, quais foram os motivos do embargo do edifício que é sugerido para o hospital americano? De que forma foram ultrapassados os motivos que levou ao embargo? **(áudio 24.34 e 30.08 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, começou por dizer que deve haver algum rigor nas intervenções que fazem e se elas realmente merecem o tratamento no ponto que se está a tratar ou não, porque aquilo que se acabou de assistir, não tem nada a ver com as informações dadas pela Câmara Municipal de caminha.

Disse relativamente a esta informação financeira que no ano de 2014, tinham apontado o problema financeiro do Concelho de Caminha como uma grande prioridade, e a CDU na altura e volta a fazer neste momento a mesma solicitação. Dizia que era necessário se ter um plano de saneamento das



Assembleia Municipal de Caminha

finanças públicas municipais, o qual continuam a defender, mas, um plano completamente diferente daquele que o PSD implementou, onde ficou pautado por uma série de empréstimos para acorrer às necessidades de tesouraria, com o acesso ao PAEL, que em nada, veio resolver problema nenhum.

Por fim, felicitou todo o Município de Caminha, que neste momento tem, um novo Auditório chamado, Ramos Pereira, em Vila praia de Âncora, e continua a felicitar todos aqueles que não esquecem os seus, as pessoas que tiveram tanta influência no desenvolvimento do nosso território, porque, é justo que todos tomem conhecimento que, afinal, aquilo que se vai fazendo também é reconhecido pelos munícipes do Concelho de Caminha. (áudio 30.28 e 34.15 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que ouviu com muita atenção e preocupação a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora relativamente àquilo que é a perceção do cidadão, Carlos Castro. Porém, enquanto eleitos, não podem sair das vestes daquilo que são, são eleitos. São Presidentes de Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta, Deputados, são eleitos municipais. E, quando se assume esse compromisso são responsáveis sempre, pelas políticas públicas que vão sendo prosseguidas, logo, não pode comungar da visão e do cenário dantesco que o Senhor Presidente de Junta tem da Freguesia de Vila Praia de Âncora, e do Concelho de Caminha, em geral, porque, o Concelho de Caminha tem uma atividade comercial viva, intensa, tem uma aposta forte naquilo que é o turismo, que é, sem sombra de dúvidas, a maior indústria nacional. Disse ainda que a aposta na Escola Pública de qualidade no território, é uma aposta na futuro das nossas crianças, quer no ensino obrigatório, mas também no ensino superior, ao se requalificar a Escola sede do Agrupamento em Caminha, ao ampliar a Escola Básica e Secundária de Vila Praia de Âncora, porque, apostar na educação é apostar na formação das nossas crianças e jovens, que é o maior grau de liberdade que um político, pode dar a um cidadão, é formar cidadãos



Assembleia Municipal de Caminha

de plena consciência. E, ao estar a apostar no futuro é apostar no desenvolvimento do território, porque ao se aprovar ali a cedência de instalações da antiga Escola de Vilarinho, para a APPACDM, onde está gora uma obra a decorrer para o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, é dar oportunidade às pessoas diferentes de nós, é não excluir, por isso agradece a intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, ao levar ali esta matéria. (...)

Quanto à denominação do Auditório Ramos Pereira, disse que, foi uma proposta feita pela CDU nesta Assembleia e votada, fez-se a colocação das devidas placas que fazem essa menção, mas, também se fez uma pequena brochura histórica da família Ramos Pereira, da importância que teve para o Vale do Âncora, mas, para o Concelho de Caminha no seu todo.(...)

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse que aquilo que é imposto pela Lei são as reclamações formais e são essas aquelas que são registadas. Referiu ainda Câmara Municipal sempre assumiu que tem em linha quatro grandes fornecedores e são esses que contam ali para o grande bolo, os pequenos e médios fornecedores têm sido pagos de forma regular, no entanto, fala-se sempre da dívida, mas, também se pode dizer que a dívida à banca da Câmara Municipal do ano de 2021 para o ano 2022, baixou cerca de 600 000€. (áudio 34.28 e 45.08 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, mas, começou por apresentou um requerimento à mesa e ao Senhor Presidente da Câmara que tudo o que não está a responder por falta de tempo lhes faça chegar as respostas por escrito, e de seguida disse ao Senhor Presidente da Câmara:

Quando afirma que tem que aplicar o dinheiro da melhor forma, refere-se aos milhares que gastam em assessorias de comunicação e que deram origem ao processo, crime em que o ex-Presidente da Câmara vai ser julgado em abril? Refere-se ao dinheiro que esbanjaram com CET? Refere-se ao dinheiro que



Assembleia Municipal de Caminha

pagaram a um determinado escritório de advogados por contrato público de novembro de 2021 e que terminou em novembro de 2022 a 100 EUR a hora do trabalho, ou 15000€, e que era para um procedimento disciplinar e um processo crime? Que processo crime era esse? (áudio 45.30 e 46.45 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado Jorge Nande, disse que o tempo é cedido, porém, tenta ser o mais explícito nas suas intervenções e responde ali nesta Assembleia, ao que tem a responder e assim continuará a ser.

Relativamente à questão da gestão do erário público e do dinheiro que é gasto, disse ao Senhor Deputado que sabe os processos judiciais que o Município tem, porque, está na informação que lhe foi enviada, e de seguida o Senhor Presidente fez uma breve explicação de todos os processos judiciais que estão com o advogado em concreto a quem o Senhor Deputado se estava a referir. (áudio 47.09 e 50.22 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, a pergunta que colocou foi; se estas crianças que tem excelestes escolas e professores têm futuro no Concelho de Caminha? (áudio 52.06 e 52.34 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que este é um trajeto, um percurso que se está a fazer a Câmara Municipal, e julga que a Junta de Freguesia também o está a fazer, porque este é um instrumento fundamental para que as nossas crianças tenham futuro. É, a educação. (áudio 52.41 e 53.16 minutos da 2.ª gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 17 de novembro 2022



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 17 de novembro 2022”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Neste momento o **Senhor Deputado Jorge Nande**, ausentou-se da sala.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de dezembro 2022

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 16 de dezembro 2022”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

Estando presentes 33 Senhores Deputados e Presidentes de Junta, a presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, com a exceção de 03 votos, os quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez declaração de voto, esclarecendo que tinha enviado ao Senhor Presidente da Mesa uma correção, sem grande importância, mas, que não tinha sido feita, relativa à votação da alínea m), na qual se absteve.



Assembleia Municipal de Caminha

d) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 27 de janeiro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 27 de janeiro 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

Estando presentes 33 Senhores Deputados e Presidentes de Junta, a presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, com a exceção de 04 votos, os quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

e) – Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de fevereiro de dois mil e vinte e três, relativa ao **“Concurso Público do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico e, tendo em conta que o prazo do contrato a celebrar será de 3 anos, eventualmente prorrogável por mais 1 ano, o compromisso em causa tem carácter plurianual, existindo um montante de despesa superior a € 99.759,58 no ano de 2024 e seguintes.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a inscrição de dotação no projeto “2023 A3- Transportes Escolares”, para anos seguintes no montante de €790.091,87 + IVA, de acordo com a informação.

O **Senhor Deputado Carlos Carrilho**, disse que todos sabem da importância que se reveste a aposta nos serviços públicos de qualidade e eficientes, numa sociedade que se quer evoluída, futurista e sustentável é fundamental apostar numa rede de transportes que consigam atenuar as desigualdades sociais e económicas existentes no seio do seu território.(...)

Disse ainda que este procedimento concursal, de seleção de operador de serviço público de passageiros, através de contrato de prestação de serviços, aprovado por todas as assembleias municipais dos municípios que integram a CIM do Alto Minho. (...) (**áudio 1.02.13 e 1.09.09 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente este concurso público para o transporte de passageiros, no entanto, não pode deixar de chamar a atenção de que a presença física de espaços de interface ou terminais rodoviários nas localidades são da responsabilidade do Município e não do operador concorrente. (...) (**áudio 1.09.30 e 1.11.43 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que aquilo que está ali a ser solicitado é que esta Assembleia Municipal autorize a inscrição de dotação no projeto “2023 A3- Transportes Escolares”, porque, discutir o concurso, essa foi uma decisão das Câmaras Municipais em sede de reunião de Câmara Municipal. (...)

Disse ainda que este é um concurso público para a prestação de um serviço público, que ao longo destes anos nunca equacionou a possibilidade de criação de um serviço realmente público.



Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar o Senhor Deputado disse que não contem com a CDU para serem acessórios, contem sempre com a CDU para serem soluções de compromisso que realmente sirvam a população que os aproximem uns dos outros que garantam a mobilidade dentro do nosso território, em igualdade, em equidade dentro do território. (...) (**áudio 1.11.57 e 1.17.25 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a criação desta rede de transportes era importante, era necessário e era urgente haver esta articulação com a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, articulada entre todos e onde os próprios municípios têm mão e tem um poder de direção sobre o mesmo. Trata-se de um investimento para o Concelho de Caminha no valor 861 918€, para o exercício deste concurso. (...) Disse ainda, que aquilo que ali está a propor é criar uma Rede de Transportes Intermunicipal que abrange os 10 Municípios do Alto Minho, criando uma economia de escala necessária para este tipo de serviços. E, na verdade para os munícipes do Concelho de Caminha, esta rede de transportes que se irá implementar será muito mais benéfica, do que a que se tem atualmente, e, irá servir a população, servindo também para transporte escolar. (...) (**áudio 1.17.37 e 1.21.51 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, perguntou ao Senhor Presidente, porquê a dotação exatamente neste projeto, cuja referência é unicamente ao transporte escolar? E, porquê, fazer com o mesmo tarifário quando está inscrito em orçamento de Estado, a redução dos tarifários, para Alto Minho. E, porquê, avançar exatamente com o mesmo tarifário? (**áudio 1.22.05 e 1.23.06 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que esta rede de transporte irá servir a população, servindo também para transporte escolar. E,



Assembleia Municipal de Caminha

aquilo que o executivo está a tentar fazer é que o utilizador pague o mínimo possível, dentro daquilo que é prestação de serviço público.

Em resposta ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que o que ali está em causa não são as paragens de autocarros, apenas é a rede que está ali em discussão. (áudio 1.23.14 e 1.24.53 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento, disse que como este neste concurso não prevê, as construções de instalações, por isso, fizeram um apelo para que a Câmara Municipal pense na possibilidade de construir zonas onde os munícipes possam esperar pelos transportes públicos em condições. (áudio 1.25.07 e 1.25.38 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a mais-valia que pode trazer este acordo é que, em vez daquilo que acontecia no passado para as freguesias do interior quando acabava a escola, acaba a carreira pública e ficava-se sem ligações com todos os prejuízos para a população, agora esta carreira pública vai para além do período escolar e da época escolar. (áudio 1.25.44 e 1.25.38 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que sim.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que é parecer da mesa depois de saber a razão da ausência do Senhor Deputado Jorge Nande, que o mesmo seja integrado na sessão da Assembleia, colocando a decisão ao plenário, como ninguém se opôs da decisão é novamente integrado o Senhor Deputado.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 02 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

f) – Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de fevereiro de dois mil e vinte e três, relativa à “**Manutenção dos Acordos de Execução e Atribuição de Subsídio às Juntas de Freguesia**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

1. Manter em vigor os acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia nos montantes já estabelecidos e melhor referenciados no anexo I, no valor global de 184.500,00€, que fica a fazer parte integrante da ata;
2. Atribuir um subsídio às Juntas de Freguesia nos termos do anexo II, no valor global de 81.180,00€ (sendo que 36.900,00€ correspondem a uma majoração de 20% concedida no ano de 2022 e mantida no presente ano, e 44.280,00€ correspondem a mais 20% concedidos no ano



Assembleia Municipal de Caminha

corrente de 2023), que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata, para complemento do exercício das competências referenciadas e nos termos expostos no acordo de execução.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, referiu que as transferências de competências não precisam de ser renovadas, porque, por força das disposições legais, elas estão automaticamente renovadas. Disse ainda, que uma vez que as verbas a atribuir às Juntas de Freguesia foram aprovadas orçamento. Pergunta, se estão ali a discutir um ponto que se calhar podia ser retirado? (áudio 1.33.58 e 1.35.45 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que já ali afirmaram, aquando da votação do orçamento municipal, que os valores a transferir para as 14 Juntas de Freguesia é um valor ridículo quando comparado com outros valores que o Município concede a eventos recreativos, apesar de não estarem contra nenhum evento recreativo, não conseguem aceitar que um conjunto de freguesias possam receber menos do que evento recreativo que ocorre uma vez num par de dias, logo, o voto será de abstenção. (áudio 1.35.56 e 1.37.40 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, referiu que esta verba é importante e relevante para todos os Presidentes de Junta. Pelo que, pede ao Senhor Presidente da Câmara, à semelhança do passado, que esta verba chegue o mais rapidamente possível às Juntas de Freguesia, porque, lhes dá capacidade de assumir compromissos, e como também tem sido no passado, de uma forma única, por isso, não deixa de ali sublinhar um esforço substantivo que existe da Câmara de Municipal Caminha. (áudio 1.37.54 e 1.40.46 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que vai votar a favor desta proposta, porque, as exigências são muito maiores e, as freguesias cada vez têm mais dificuldades financeiras, e fica feliz pelo Senhor Presidente da Câmara tenha acompanhado esse raciocínio, ao promover este aumento. (áudio 1.41.00 e 1.41.50 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que este foi o compromisso que assumiram aquando das reuniões preparatórias do orçamento com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas, era necessário levar ali este aumento de 20% relativamente à majoração que já havia sido feita no ano anterior. E, fica o compromisso que isso acontecerá no mês de março, para que possam ter uma gestão mais equilibrada dos dinheiros, das vossas Juntas de Freguesia. (áudio 1.41.58 e 1.43.48 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto, e disse em nome da coligação "O Concelho em Primeiro", e disse que aquilo que está ali a ser aprovado não foi a atribuição do subsídio, mas, sim a manutenção da delegação de competências, e que, segundo o parecer da técnica que está a acompanhar a proposta, tal votação não era necessária porque, ela estava automaticamente renovada por força da lei. Todavia, estão de acordo com as delegações de competências e têm pena que seja tão pouco, mas, com aquilo



Assembleia Municipal de Caminha

que não concordam, foi com o tetro que ali se fez. (áudio 1.44.56 e 1.45.56 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez declaração de voto, e disse que votou favoravelmente esta proposta, no entanto, a partir de agora ninguém vai aprovar subsídios para as suas Juntas de Freguesia à custa da dele, porque, aquilo que estão ali a votar é para o interesse das Freguesias. (áudio 1.46.08 e 1.46.47 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vile, Arlete Marina Coelho**, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que não votou ali a atribuição de subsídio? (áudio 1.47.06 e 1.47.16 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

g) – Alteração da Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de fevereiro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Alteração da Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea s), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do conselho Municipal de educação, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo aprove a alteração nominal do



Assembleia Municipal de Caminha

Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021/2025, passando a ter a seguinte constituição:

O Presidente da Câmara Municipal, que preside – Rui Miguel Rio Tinto Lages;

O Presidente da Assembleia Municipal – Manuel Luís Pires Martins;

A Vereadora Responsável pelo Pelouro da Educação, que substitui o Presidente, nas suas ausências e impedimentos – Liliana Sousa Ribeiro;

O Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Juntas de Freguesia – Miguel Gonçalves;

O Delegado Regional da Direção de Serviços da Região Norte, integrada na Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, ou quem o Delegado Regional da Direção de Serviços da Região Norte designar em sua substituição – Luís Carlos Lobo / Ana Paula Nápoles;

Um Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Irene Maria de Oliveira Fontes;

A Diretora do Agrupamento de Escolas – Maria Esteves;

Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público – Carlos Gaspar Segadães Carrilho;

Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Flamiano Gonçalves Martins;

Um Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública – Maria da Glória Lopes Gonçalves Correia;

Um Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas – Joaquim Celestino Simões Ribeiro;

Um Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados – Fernando Augusto Segadães Rebelo;

Dois Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Nádia Cristina Martins Rego Fernandes e Isaura Flora Fernandes da Cruz Alvarenga;

Um Representante das Associações de Estudantes – Maria Eduarda Lima;



Assembleia Municipal de Caminha

Um Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a desenvolver atividade na área da Educação – Maria Adelaide Cardoso Marques Carvalho;

Um Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Cláudia Rola;

Um Representante dos Serviços de Segurança Social – Raquel Miriam Pestana e Mota Tavares;

Um Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional – Pedro Carboila Correia Lopes;

Um Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto – Amélia Castanheira;

Um Representante das Forças de Segurança – Pedro Costa.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

h) – Adiamento da Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e três, relativa ao “**Adiamento da Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, e nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da citada Lei, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, conjugado com o referido no n.º 5, do art.º 24, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com as alterações introduzidas pelo art.º 2, do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o “Adiamento da Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social”.

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a Câmara Municipal de Caminha tem vindo ao longo do tempo, a aceitar ou a rejeitar a atribuição de competências descentralizadas por parte do Estado, em que foram aceites em diversas áreas, como foi com a educação, mas, este momento não é o mais oportuno para a aceitação de uma forma automática das competências no âmbito da ação social, porque, a Câmara Municipal encontra-se neste momento a proceder ao recrutamento de técnicos através de concurso público, para incorporar os recursos humanos destas valências no âmbito das transferências de competências. (áudio 1.49.10 e 1.51.22 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

i) – Designação de três representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Associação de Municípios da Serra d'Arga, conforme o previsto no n.º 2, do art.º 13.º dos Estatutos da referida Associação

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2, do art.º 13.º dos Estatutos da Associação de Municípios da Serra d'Arga, os deputados eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma lista designada “A” e os deputados eleitos pela coligação “O Concelho em Primeiro” apresentaram uma lista designada “B” à Assembleia Municipal de Caminha, para a designação de três representantes da Assembleia Municipal:

Lista “A”

- Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), Ventura Rodrigues Cunha;
- Presidente da Junta de Freguesia de Dem, Hugo Bezerra Afonso;
- Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondar e Orbacém, José Manuel Franco da Cunha;

Lista “B”

- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora- Carlos Castro;
- Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins;
- A Senhora Deputada Maria Isabel Dias Lopes;

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu uma pequena explicação sobre a lista que o Partido Socialista apresentou e disse que nada lhes parece mais justo e correto do que serem os Presidentes das Freguesias cujo território se enquadra na Serra a terem assento nesta Associação. Assim, não podem esquecer que esta Associação foi o culminar do esforço e do trabalho de muita gente e,



Assembleia Municipal de Caminha

mesmo assim, permitam referir, no nosso concelho, o Dr. Miguel Alves e claro está, o Dr. Guilherme Lagido Domingos, pela competência com que trabalhou na defesa da Serra d'Arga, mas sobretudo pela paixão que colocou nessa causa. Acredito que esta distinção será consensual. (áudio 1.52.59 e 1.55.23 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, subscreveu a proposta apresentada pelo Partido Socialista e questionou o Senhor Presidente se a Câmara Municipal de Caminha já teve em consideração a sugestão aprovada na Assembleia Municipal em 28 de abril de 2022, após a aprovação de um voto de pesar em nome do Dr.º Guilherme Lagido? (áudio 1.55.40 e 1.58.04 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, propôs à coligação para que retire a lista apresentada, porque, a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista foi feita com a lógica, para que a Serra d'Arga tenha uma voz ativa e direta na Assembleia Geral. (áudio 2.02.35 e 2.04.21 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que se vai agora corporizar aquilo que os Senhores Presidentes de Câmara, de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira fizemos aquando da assinatura formal, no notário a Constituição dos Estatutos e a parte burocrática. Porém, é necessário que dar corpo a estes órgãos, é isso que ali está a ser solicitado, para que esta Assembleia Municipal, possa indicar os seus 3 representantes, num total de 12 membros que farão parte da Assembleia Geral da Nova Associação de Municípios da Serra de Arga, porque, cada município integrante terá direito a 3 representantes, que irá defender, promover e proteger a Serra d'Arga num todo e, irá passar a ter uma única voz a defender a Serra d'Arga, de



Assembleia Municipal de Caminha

uma forma articulada e ponderada para que todos os interesses estejam salvaguardados. (áudio 2.05.50 e 2.07.54 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, submeteu a votação (por voto secreto) dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta as propostas apresentadas e, foi aprovada a lista "A" na Assembleia Municipal com 24 votos a favor, contra a lista "B" que obteve 10 votos a favor.

j) – Alteração à Postura de Trânsito na Praceta Dr. Mesquita Da Silva na Freguesia de Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, relativa à **"Alteração à Postura de Trânsito na Praceta Dr. Mesquita Da Silva na Freguesia de Vila Praia de Âncora"**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a "Alteração à Postura de Trânsito na Praceta Dr. Mesquita Da Silva na Freguesia de Vila Praia de Âncora" com a implementação da sinalética vertical de trânsito – C3b: Trânsito proibido a automóveis pesados e estacionamento condicionado a moradores.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU acompanha nesta matéria aquilo que as Juntas de Freguesia dão como parecer. (áudio 2.23.08 e 2.23.19 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

k) – Implementação de Sinalética na Rua António Ramos em Vila Praia de Âncora

Esta proposta foi retirada.

l) – Implementação de Sinalética na Freguesia de Vile

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de fevereiro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Implementação de Sinalética na Freguesia de Vile”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Implementação de Sinalética na Freguesia de Vile” nos respetivos arruamentos como se indica:

Rua de Sapor:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;



Assembleia Municipal de Caminha

Rua do Pinhal do Santo:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Rua do Pombal:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Rua da Naia:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Rua das Pintoras:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Travessa da Igreja:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Rua de Nabais:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a avenida São Sebastião;

Rua de Pernetto:

Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Tapada;

Avenida de São Sebastião:



Assembleia Municipal de Caminha

Sinal A4a (Passagem estreita) colocado no sentido ascendente (poente/nascente), do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do entroncamento mais a nascente com a rua das Pintoras;

Avenida de São Sebastião:

Sinal A4a (Passagem estreita) colocado no sentido descendente (nascente/poente), do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do entroncamento com travessa da Igreja;

Travessa da Tapada:

Sinal B1 (Cedência de passagem) colocado do lado direito do sentido de trânsito 50 metros antes do entroncamento com a avenida São Sebastião;

Avenida de São Sebastião:

Sinal B9b (Entroncamento com via sem prioridade) colocado do lado direito do sentido de trânsito 50 metros antes do entroncamento com a rua da Tapada.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vile, Arlete Marina Coelho**, agradeceu a todos os Senhores Deputados que votaram favoravelmente esta sinalética. (áudio 2.27.33 e 2.28.36 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez declaração de voto, referente à “Moção pelo Trabalho Digno, aos Trabalhadores em Luta pelo Trabalho Digno e Vida Dignificante”, apresentada pelo Bloco de Esquerda e disse;

Se existe partido na esfera política nacional que tem na sua génese o Estado Social, as pessoas, as famílias, esse partido é o Partido Socialista;

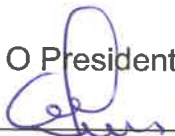
O Partido Socialista desde 2015 tem pugnado pelos direitos dos trabalhadores, vejam-se as reposições dos direitos que a direita retirou no período da troika;

O Partido Socialista mais do que ninguém é favor da valorização do trabalho, quer no setor público, quer no setor privado;

Sabem que nem tudo está bem, que há muito a fazer, compreendem a finalidade desta moção, mas, não podem aceitar o conteúdo dos seus considerandos, nem alguma da sua linguagem. (áudio 2.28.48 e 2.30.28 minutos da 2.ª gravação). -----

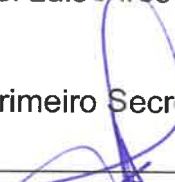
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 13H40M, do dia 28 de fevereiro de 2023, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente



(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)



Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)